VIDAS URBANAS E A COVID 19: apontamentos sobre os impactos da pandemia nas periferias urbanas

Elyelthon Silva Álvares[1]
Gisele de Fátima Cardoso Nunes[2]
José Ramiro Esteves Ramos[3]

Resumo
O presente artigo apresenta, brevemente, uma problematização sobre os impactos da pandemia da COVID 19 nas periferias urbanas do Brasil, afim de trazer apontamentos relativos a problemáticas que são inerentes ao espaço urbano segregado e que foram agudizados no cenário atual. Realizaremos uma abordagem com elementos estatísticos de bases de dados provenientes de institutos e organismos de pesquisa nacionais e internacionais, fontes jornalísticas, sites especializados e, referenciais bibliográficos de autores que discutem o tema com primazia. Nosso objetivo é destacar a importância do debate sobre as periferias urbanas e como a pandemia da COVID 19 afetou diretamente a classe trabalhadora que vive em comunidades, favelas, morros e aglomerados urbanos e ainda quais seriam as estratégias de enfrentamento à crise sanitária que tem ceifado tantas vidas e agravado as relações sociais no meio urbano.

Palavras-chave: Periferias Urbano Pandemia COVID 19 Impactos

Abstract
This article briefly presents a problematization of the impacts of the COVID 19 pandemic on the urban peripheries of Brazil, in order to provide notes on issues that are inherent to the segregated urban space and that have been exacerbated in the current scenario. We will carry out an approach with statistical elements with databases from national and international research institutes and organisms, journalistic sources and specialized websites, and bibliographic references of authors who discuss the subject with primacy. Our objective is to highlight the importance of the debate on the urban peripheries and how the COVID 19 pandemic directly affected the working class that lives in communities, slums, hills and urban agglomerations and also what would be the strategies to face this sanitary crisis that has reaped so many lives and aggravated social relationships in the urban environment.

Keywords: Peripheries Urban Pandemia COVID 19 Impacts

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID 19 abriu espaço para inúmeros debates teóricos que envolvem temas relevantes. Os impactos da disseminação do vírus nas periferias

[1] Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Mestrando em Políticas Públicas; elyelthonsilva@gmail.com
[2] Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Mestrando em Políticas Públicas; gisanunes06@gmail.com
[3] Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Mestrando em Políticas Públicas; jramiroer@gmail.com;

urbanas é uma temática que chama atenção principalmente pelo fato de que o Novo Corona Vírus, diferente de outras pandemias, não nasce em periferias pobres, sendo oriundo de áreas nobres localizadas nos territórios urbanos. No entanto, a ênfase dada aos efeitos da pandemia nas periferias, entre os mais pobres, provém da constatação de que a COVID 19 atingiu e desmascarou em cheio as assimetrias e fragilidades estruturais que assolam historicamente os espaços urbanos periféricos das cidades.

Fomentamos assim discussões que incitam inúmeros debates como: isolamento e distanciamento social em moradias minúsculas e insalubres; adoção de medidas de higiene em bairros, favelas, ocupações e morros que não tem condições básicas de saneamento básico e fornecimento de água; classe trabalhadora, formal e informal, submetida a condições cada vez mais precárias de trabalho; isolamento social para aqueles que não têm renda fixa e precisam estar todos os dias nas ruas buscando condições para se manter financeiramente.

Desta forma, objetivamos apontar aspectos necessários ao debate da Questão Urbana, incansavelmente discutida, que ganharam ênfase com o advento da crise sanitária global que afeta diretamente os mais pobres que vivem nas periferias urbanas. Por questões metodológicas, os temas em destaque abrangerão três eixos: o agravamento das desigualdades sociais; o isolamento social em moradias precárias; e o transporte público de massa.

Propõe-se uma problematização sobre os referidos impactos, adotando uma metodologia pautada em levantamentos bibliográficos e estatísticos, com fontes de dados provenientes de organismos e institutos nacionais e internacionais, sites especializados e referencias autorais que discutem temas relacionados aos impactos da disseminação da COVID 19 na vida de moradores das periferias urbanas.

Consideramos um debate necessário e urgente, por se tratarem de demandas históricas e atuais que merecem destaque neste cenário tenso pelo qual o mundo tem passado e que, no Brasil, tem tido efeitos extremamente nocivos aos mais pobres.

2 A COVID 19 NAS PERIFERIAS URBANAS: o avanço das desigualdades nas cidades.

O mundo tem vivenciado umas das mais avassaladoras crises sanitárias dos últimos anos e esta realidade vem atacando significativamente os mais pobres. O

Coronavírus inicia sua "empreitada" ainda no ano de 2019, com os primeiros casos de infecção acontecendo na cidade Wuhan, na China. O vírus que causa a doença COVID 19 acometeu, até o final de junho/2021, 186.971.000 pessoas no mundo todo, segundo a Reuters Grafics. Na Índia, o número de infectados atinge 2.500.000 pessoas (REUTERS GRAFICS, 2021).

As estatísticas globais evidenciam que avanço da pandemia impacta fortemente países onde a população urbana é extensa, o que implica na necessidade de suporte público para enfrentamento da pandemia nos diferentes ambientes por ela afetados. Na perspectiva de compreender o Brasil neste panorama, conseguimos conduzir uma problematização mais aprofundada, considerando a extensão territorial e o crescimento urbano desordenado característico do país, para além de outros aspectos políticos-institucionais.

Conforme o Consórcio de Imprensa[4], até meados de julho de 2021[5], o Brasil atingiu as seguintes estatísticas:

Tabela - Dados de contaminação COVID 19

DADOS	NÚMEROS
Total de mortes:	532.949
Registro de mortes em 24 horas:	1.172
Média de novas mortes nos últimos 7 dias:	1.321 (variação em 14 dias: +10%)
Total de casos confirmados:	19.065.788
Registro de casos confirmados em 24 horas:	45.814
Média de novos casos nos últimos 7 dias:	46.472 por dia (variação em 14 dias: -34%)

FONTE: CONSORCIO DE IMPRENSA, JULHO, 2021

Os dados acima ilustram a realidade da pandemia em nosso país e reforçam a necessidade de debates para definição de estratégias de enfrentamento deste panorama crítico. Com estatísticas tão acentuadas, as desigualdades sociais ficam ainda mais perceptíveis no contexto urbano, evidenciando um agravamento da Questão Urbana no Brasil.

Segundo Castells:

> O âmago da análise sociológica da questão urbana está no estudo da política urbana, isto é, na articulação específica dos processos designados como "urbanos" no campo da luta de classes e, por conseguinte, na intervenção da instância política [...] à medida que os problemas urbanos tornam-se abertamente problemas políticos, quer dizer, à medida que, nas sociedades capitalistas adiantadas, as contradições se ligam mais estreitamente e que a dominação de classe se faz mais visível nos setores [...] onde ela permanecia

[4] Parceria entre veículos de imprensa: **G1**, O Globo, Extra, O Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo e UOL. Dados coletados junto aos estados e o DF.

[5] Ressaltamos que os dados disponibilizados são voláteis, considerando que os números da pandemia apresentam alterações diárias. As informações apresentadas no quadro são do dia 12 de julho de 2021.

> marcada pelos efeitos da desigualdade social considerados como quase naturais (CASTELLS, 1983, p. 297-298).

Considerando os estudos sobre a Questão Urbana e compreendendo os impactos de uma pandemia nas periferias urbanas, apontamos, como ponto de partida, o avanço da desigualdade social. Segundo estudos da Oxfam Internacional, organização da sociedade civil criada em 2014 com o objetivo de buscar estratégias para o enfrentamento da pobreza, das injustiças sociais e das desigualdades, apontam que:

> A crise do coronavírus afetou as economias de todos os países do planeta e os empregos, a riqueza e a renda de todas as pessoas. No entanto, é uma história muito diferente, dependendo se você está no topo ou na base da escada econômica. Em todo o mundo, os super-ricos escaparam dos piores impactos da pandemia. Nosso sistema econômico profundamente injusto permitiu que eles acumulassem enormes riquezas em meio à pior recessão em 90 anos, enquanto centenas de milhões de pessoas perderam seus empregos e enfrentaram a miséria e a fome. Estima-se que o número total de pessoas vivendo na pobreza poderia ter aumentado entre 200 milhões e 500 milhões em 2020 (OXFAM, 2020).

A pandemia da COVID 19 vem gerando impactos na distribuição desigual de bens e serviços e vem agravando o cenário nas periferias, favelas, ocupações e demais territórios urbanos. Engels (2015) já afirmava, ao estudar a questão da moradia nas cidades, que a difusão da desigualdade tem íntima relação com o modo de produção capitalista e que, com a expansão da produção industrial, houve disseminação de muitas epidemias entre a classe trabalhadora em países europeus, ainda no século XIX. Dessa forma compreendemos a contribuição de Engels descrevendo uma visão histórica sobre a construção dos espaços urbanos, fazendo-nos perceber que estes territórios terão domínios bem definidos a partir da expansão do capital. Logo, “esses guetos não são simplesmente justapostos; eles são hierarquizados de uma forma que representa espacialmente a hierarquia econômica e social, os setores dominantes e os setores subordinados” (LEFEBVRE, 2009, p.244).

Considerando esses aspectos que são próprios da construção das cidades e os associando aos impactos que uma crise sanitária pode trazer para qualquer território, teremos, conforme podemos ver concretamente nos dias atuais, a soma de elementos que serão marcos históricos para uma grande tragédia urbana. Fazer referência à tragédia urbana é levar em consideração os inúmeros efeitos que a COVID 19, para além dos dados epidemiológicos, trouxe para as periferias: alto índice de contaminação e óbitos de pessoas pobres; desemprego crescente; mobilidade

urbana prejudicada; dificuldades na oferta de água e saneamento básico; ausência de recursos básicos para sobrevivência, como alimentos, por exemplo; isolamento social; dentre outros.

De modo geral, as desigualdades urbanas se acentuam quando se evidencia que é da periferia que vem o sustento das classes abastadas. É exatamente das periferias que se manteve o "luxo da quarentena" (FÉRREZ, 2020). Do trabalho das empregadas domésticas, dos motoboys, dos motoristas de ônibus e de aplicativos, dos trabalhadores dos setores de serviços (farmácias e supermercados, por exemplo). Isso implica dizer que a classe trabalhadora, ao seguir produzindo riqueza, sustentou e continuará sustentando o isolamento social das classes abastadas, necessário para a manutenção do fluxo urbano, da roda da economia. Nesse sentido constata-se que muitos que muitos desses trabalhadores não puderam cumprir o isolamento social, obedecendo ao famigerado #fiqueemcasa.

Essa também não é uma realidade nova, diga-se de passagem, é característica dos grandes centros urbanos serem sustentados pelas periferias, ou seja, por "uma classe despossuída, não assim chamada, mas realmente despossuída, que não tenha nada para vender além de sua força de trabalho[...]" (ENGELS, 2015, p. 70). A compreensão desse processo social regado pela desigualdade entre as classes foi agudizado pela pandemia. Essa realidade se concretiza em dados a partir de relatórios de institutos de pesquisa brasileiros, que atestam a realidade urbana como sendo uma realidade desigual.

Como estatísticas, o Boletim da FIOCRUZ, atesta que os bairros com altíssima concentração de contaminação e, por consequência, com maior letalidade estão localizados nas periferias urbanas. "[...] favelas apresentam maior letalidade (19,47%), o dobro em relação aos bairros considerados "sem favelas" (9,23%), indicando tanto a falta de acesso ao diagnóstico em tempo adequado, como problemas de acesso aos serviços de saúde de mais complexidade assistencial" (BOLETIM OBSERVATÓRIO COVID-19, 2020, p. 17).

Teremos assim fontes consistentes de que a COVID-19 afetou drasticamente a população das periferias urbanas. Destarte, serão considerados alguns elementos que acentuam os efeitos da COVID-19 nesses territórios dentre os quais apresentam-se: a) o descumprimento do isolamento e distanciamento social; b) o contágio nos transportes coletivos de massa.

As periferias são cotidianamente reconhecidas como espaços de exclusão, de segregação social e de “mascaramento” da realidade. Com a pandemia da COVID 19, esse cenário fica ainda mais complexo, o que implica na necessidade a de um olhar científico apurado para o diagnóstico e enfrentamento dessas desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais.

3 NECESSIDADES URBANAS PARA O ENFRENTAMENTO DA COVID -19

Para discutir sobre as necessidades urbanas, faz-se necessário trazer conceitos teóricos metodológicos sobre as necessidades humanas, compreendendo o espaço onde se constitui essa necessidade, pois cada espaço define as necessidades de acordo com as vivências dos indivíduos. Estaremos então compreendendo necessidades sociais que ultrapassam os limites do individual, chegando ao que poderemos conceituar de necessidades coletivas. Heller afirma que sobre a satisfação social, poderemos considerar necessidades coletivas, “na sociedade moderna, a satisfação da necessidade de aprender somente o possível através de instituições adequadas para a instrução pública” (HELLER, 1986, p. 83).

Tal referência nos auxilia na compreensão de que a vivência coletiva demanda da “criação” de necessidades humanas que se tornam necessidades coletivas. Esta visão, transportada para o espaço urbano periférico, faz-nos compreender como a vivência nas cidades depende de vários aspectos. Essas necessidades sociais de caráter coletivo envolvem as instituições sociais, dentre as quais daremos destaque ao papel do Estado. Para Lefebvre (2000) quando trazemos à tona o papel do Estado projetamos um ente com capacidade de reduzir contradições, ou seja, a redução e o reducionismo aparecem então como meios a serviço do Estado. O autor afirma ainda que não se trata de construções ideológicas que se relacionam a modelos de governo, mas sim do serviço do Estado e do poder em geral.

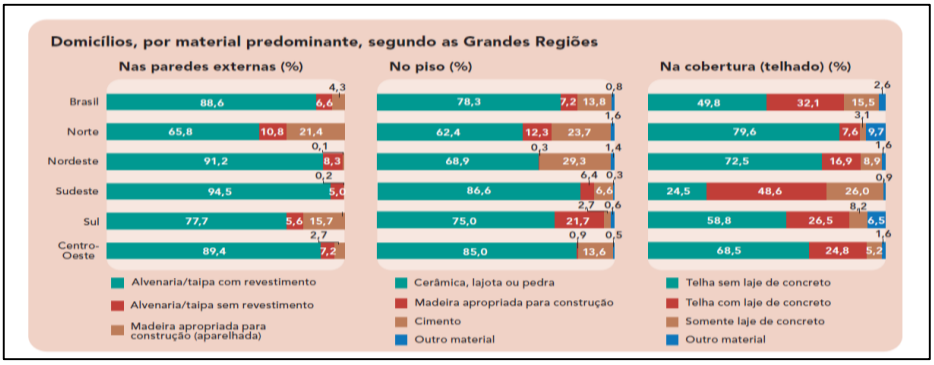
Desta forma, quando passamos a compreender a realidade atual, impactados pela COVID 19, começamos a perceber o quanto as necessidades sociais nos espaços urbanos definem as vivências, a cultura, a política, a economia, a religião e outros aspectos. Em algumas linhas tentaremos dissertar sobre dois grandes eixos problemáticos e questionáveis que podem, ao “final” da pandemia, ter resultados ainda mais drásticos que as mortes por COVID 19, que será o retrocesso no direito à cidade para aqueles que a sustentam: a classe trabalhadora.

3.1 Isolamento social em moradias precárias

As medidas de prevenção ao contágio da COVID 19 são bastante desafiadoras para os países mais pobres do mundo por serem medidas que exigem mobilização coletiva e atingem aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos. Para o caso do Brasil, as medidas de isolamento e distanciamento social afetaram fortemente as populações mais pobres, com realidades e necessidades sociais ainda mais fragilizadas, considerando a extensão territorial e marcadamente desigual do país, especialmente quando tratamos da questão da moradia.

Partimos do pressuposto que no Brasil, o "afrouxamento" das medidas de isolamento e distanciamento social também foi motivação para o aumento no número de mortes, se comparamos a outros países do mundo que cumpriram essa medida. Em países marcadamente periféricos, como é o caso do Brasil, o crescimento urbano aconteceu, e ainda acontece, de forma horizontal e extensiva. Essa realidade foi construída historicamente, principalmente com a "expulsão" da população de baixa renda, a população mais pobre, para as periferias, para os espaços sem condições de moradia e com menor, ou até nenhuma oferta de infraestrutura e serviços urbanos. A fragilidade no acesso a bens como as condições de moradia dos trabalhadores se evidencia com a expansão da industrialização e, posteriormente, da mercadorização das cidades que reforçam a "expulsão" dos trabalhadores para espaços urbanos socialmente segregados (ENGELS, 2015).

Segundo levantamento do IBGE, os domicílios brasileiros têm as seguintes características, apresentadas nos quadros a seguir:



FIGURA[6]: Características dos domicílios brasileiros

FONTE: IBGE, PESQUISA NACIONAL DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA, 2019

[6] Dados estimados de aproximadamente 168 mil domicílios que participaram da amostra da pesquisa ao longo dos quatro trimestres dos referidos anos (2012-2019).

Por meio dessas estatísticas oficiais podemos observar que parcelas significativas da população brasileira ainda reside em moradias em condições precárias, em casas de taipa, sem pisos apropriados e coberturas simples. É importante ressaltar que, muitas dessas pesquisas de amostragem não contemplam a totalidade urbana das favelas, morros e ocupações, que muitas vezes estão alocadas em espaços denominados como “ilegais” e por essa razão podem não ser alcançados por pesquisas institucionais.

Para tanto:

> A falta de alternativas habitacionais, seja via mercado privado, seja via políticas públicas sociais é, evidentemente, o motor que faz o pano de fundo dessa dinâmica de ocupação ilegal e predatória de terra urbana. Há uma forte disputa pelos investimentos públicos no contexto de uma sociedade profundamente desigual e historicamente marcada pelo privilégio e pela privatização da esfera pública (MARICATO, 2003, p. 158).

As periferias são, por sua natureza estrutural, espaços socialmente desiguais, com moradias precárias construídas muitas vezes por seus próprios moradores; são espaços urbanos construídos sem a orientação arquitetônica necessária para moradia adequada.

> A maior parte das favelas apresenta densidade populacional elevada, habitações precárias, mais de uma família coabitando o mesmo imóvel. Além disso muitas favelas não possuem abastecimento regular de água. A estrutura das casas nem sempre permite a instalação de caixas de água**.** Em muitas favelas mais precárias, nas regiões Norte e Nordeste o abastecimento por rede é inexistente assim como as instalações hidrosanitárias.[...] Por outro lado, os sistemas de coleta de esgoto também são precários ou inexistente, expondo os moradores ao contato com as águas contaminadas (BRITTO, 2020, n.p.).

Ao reconhecer a concretude destas desigualdades de moradias percebemos como os sujeitos sociais, expostos a condições precárias de habitação, são afetados. Quando tratamos de moradias precárias, não nos reportamos apenas a casas com dimensões estruturais, mas também às condições de localização, de saneamento básico, de redes assistenciais, de acesso às políticas públicas, entre outros aspectos. Moradias localizadas em territórios segregados, estruturadas precariamente e sem recursos básicos para uma vivência adequada, se tornam um grande desafio no cenário de pandemia. “Agora, com a pandemia, como é possível evitar a contaminação de várias pessoas da mesma família morando em um local sem janelas ou mesmo cômodos suficientes para que um possível doente possa se isolar?” (MACKENZIE, 2020). Então, surge o questionamento: como fazer o isolamento social em condições tão precárias? Como realizar distanciamento social onde muitos

dividem um espaço habitacional tão pequeno? Como exigir dessas famílias que mantenham as medidas protetivas, considerando que as pessoas sequer têm condições dignas de vida?

Surgem diversos questionamentos e fica latente a ausência de estratégias de enfrentamento à pandemia que contemplem as periferias urbanas dentro das suas necessidades, pois a COVID 19 articula dois componentes críticos: a desigualdade e a segregação socioespacial. Esses componentes contribuíram com o espalhamento do vírus entre os mais pobres, o que fomenta a urgência na adoção de medidas que possam alcançar as periferias, na perspectiva de minimizar os efeitos da disseminação do vírus entre os mais pobres.

Constata-se cientificamente que o isolamento social é uma medida eficaz, contudo, faz-se necessária a implementação de políticas de direito à cidade, que, nas palavras de Lefebvre trata-se de "[...] um apelo, uma exigência. [...] O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado com direito à vida urbana, transformada, renovada (LEFEBVRE, 2001, p.117-118).

A esse direito renovado, a vida urbana transformada inclui-se a necessidade de políticas de moradias dignas, planejadas e reconhecidas em espaços urbanos legalizados e reconhecidos pelo Estado. Lamentável é perceber que é necessária uma pandemia para "descortinar" as periferias urbanas, ultrapassando os espaços teóricos, mostrando a realidade desses territórios e questionando a existências de políticas sociais efetivas para combater não apenas as intituladas vulnerabilidades sociais, mas para, acima de tudo, salvar vidas.

3.2 Transporte público de massa

As primeiras medidas sanitárias de enfrentamento à COVID 19 como o distanciamento e o isolamento social fizeram cair a demanda pelo transporte público e impactou na mobilidade urbana. Contudo, é preciso discutir que o isolamento social não foi uma medida possível para todas as pessoas nas cidades, o que reforça a desigualdade nos espaços urbanos, como já mencionado. A classe trabalhadora, que depende do transporte público foi impactada com várias medidas adotadas para conter o avanço da pandemia, como a diminuição da frota de ônibus ocasionando o aumento na lotação dos transportes públicos de massa.

É fato que:

> Nas grandes cidades brasileiras, de forma contraditória, a população com mais recursos, de forma geral, é usuária cativa do transporte individual mesmo tendo residência nas proximidades das áreas centrais, de maior densidade, onde há maior oferta de infraestrutura e serviços de transporte público e ativos de deslocamento. Enquanto isso, a população mais vulnerável, que é extremamente dependente dos modos coletivos e ativos de transportes, não é atendida de forma eficiente (GOMIDE et al., 2006; PEREIRA et al., 2019).

A despeito da situação pandêmica atual, é preciso compreender que a problemática do transporte público vem associada a um processo histórico de restrições de direitos a mobilidade urbana para moradores de periferias. Essas restrições estão implicadas nos diversos âmbitos da vida urbana, gerando impactos nas relações de trabalho, lazer, cultura, acesso à serviços públicos, acesso aos grandes centros econômicos e outras demandas afins.

A estudiosa Jane Jacobs aponta vários panoramas para análise da mobilidade urbana nos grandes centros a partir de transportes públicos de massa. Em destaque temos que:

> Comunicação e transporte bons não são apenas difíceis de obter; são também necessidades básicas. A questão fundamental nas cidades é a multiplicidade de escolhas. É impossível aproveitar-se dessa multiplicidade sem ter condições de se movimentar com facilidade. E a multiplicidade de escolhas nem existiria se não pudesse ser estimulada por usos combinados. [...] A troca de ideias, serviços, habilidades e mão de obra, e certamente de produtos, exige transporte e comunicação fluentes (JACOBS, 2011, 378-379).

A autora pontua a necessidade de aprimoramento de estratégias de mobilidade urbana com o que ela intitula como sendo uma “multiplicidade de escolhas”, da qual interpretamos como sendo uma proposta de diversificação de meios de transporte no sentido de minimizar os efeitos nocivos do uso excessivo de automóveis e similares no ambiente urbano. Com a pandemia da COVID 19, essas configurações urbanas sofreram grande impacto e no transporte público não foi diferente.

Um grande entrave está na discussão sobre a diminuição do uso desses meios de locomoção, que segundo os empresários da área. Em entrevista à Folha de S. Paulo, representantes da Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos informaram que

> “No começo da pandemia, a NTU (Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos) projetou que 2020 terminaria com 80% do número de passageiros regulares e com toda a frota já circulando. Mas não foi o que ocorreu. O ano terminou com 61% do número usual de passageiros e 80% da frota em operação. Com isso, o resultado financeiro também frustrou expectativas. O setor de transporte coletivo no país registrou um prejuízo de

> R$ 9,5 bilhões em 2020. O resultado ficou 8% abaixo das estimativas. Inicialmente, o setor esperava uma perda de R$ 8,8 bilhões" (FOLHA DE S. PAULO, 2021).

Com esse dado, a conta se torna muito fácil de ser resolvida: prejuízo para empresários implica em diminuição da oferta do serviço. Essas mudanças estão previstas para o ano de 2021, conforme a mesma entrevista

> "O setor já não vinha conseguindo equilibrar as contas apenas com a receita das tarifas pagas pelos usuários", diz ele. "Com a pandemia e o distanciamento social, a demanda chegou a cair 80% em 2020, deixando claro que esse modelo não é mais sustentável." Segundo o assessor especial do SPUrbanuss (Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo), Francisco Cristovam, ao menos 15% do total de 390 companhias que operam nas capitais e no Distrito Federal deixaram de operar em 2020 —alguns apenas suspenderam o serviço, mas muitas devolveram a concessão para o setor público (FOLHA DE S. PAULO, 2021).

Logo, a justificativa do transporte público "falido", com "oferta maior que a demanda" já vem maximizando os problemas dos trabalhadores das periferias que dependem desse meio de locomoção. E, diante do panorama atual, esse é um grande impasse. As propostas anunciadas vão desde a discussão em torno: do valor das tarifas; das gratuidades para públicos específicos, garantidas por legislação; da proposta de um marco regulatório baseado em subsídios financeiros para o setor; e a privatização do serviço.

O efeito dessa discussão pôde ser visto no início do mês de fevereiro de 2021, quando houve a paralização dos motoristas de BRT na cidade do Rio de Janeiro. No dia 01 de fevereiro de 2021, o site G1 trouxe a seguinte notícia

> Uma paralisação de motoristas interrompe, desde o fim da madrugada desta segunda-feira (1º), os serviços do BRT do Rio. Praticamente todas as estações dos três corredores nem sequer abriram. No último fim de semana, o presidente-executivo do BRT Rio, Luiz Martins, disse que o consórcio não tinha recursos em caixa "sequer para pagar a segunda parte do salário de janeiro", prevista para sexta-feira. [...] Nos pontos atendidos pelos coletivos articulados do BRT, depois de filas enormes, ônibus regulares saem superlotados — com muita gente sem máscara. [...] Desde antes da pandemia, as empresas que operam o sistema reclamavam de desequilíbrio financeiro, com um elevado calote de usuários. O consórcio afirma que o cenário foi agravado com a suspensão de atividades na quarentena e a queda no volume de passageiros (G1, FEVEREIRO, 2021).

Esse exemplo ilustra os impactos da pandemia que afetam diretamente a classe trabalhadora que depende desse transporte público de massa para manter a cidade e os espaços urbanos funcionando. Inúmeras estratégias poderiam integrar as tentativas para a melhoria do transporte público de massa: aumento e melhoria na oferta do serviço; contrapartida no financiamento público do serviço de transporte; políticas de gratuidade; a garantia da segurança nos transportes; tarifas com preços

acessíveis à renda dos usuários. Os benefícios seriam coletivos, estendendo-se a todos os sujeitos sociais que formam a cidade.

> Os usuários de transporte público beneficiam toda a sociedade, pois mantêm baixos custos sociais relacionados ao transporte (poluição, trânsito). Beneficiam até mesmo as pessoas que não usam o transporte público. [...] Os gastos do sistema de transporte coletivo deveriam ser partilhados pelos beneficiados, ou seja, divididos em todos os cidadãos [...] a gratuidade funciona como um incentivo aos cidadãos para que usem os meios públicos de locomoção, aumentando os benefícios sociais (PESCHANSKI, 2013, p.62).

Assim, faz-se necessário o aprofundamento desta discussão do pós-pandemia para que possamos perceber os reais impactos sofridos pela população mais pobre, situada nas periferias urbanas, e para que ainda possamos somar forças na compreensão e efetivação do direito à cidade, que também está pautado na oferta de um transporte público de massa de qualidade, como uma política pública efetiva, conforme preconiza as legislações que tratam da cidade para todos.

4 CONCLUSÃO

A pandemia da COVID 19 é, sem dúvida, o maior dos desafios para humanidade deste século. Combater um inimigo invisível trouxe à tona todas a necessidades coletivas que são definidas a partir de condutas individuais. A pandemia “ensinou” que para ter a saúde garantida, como bem individual, é preciso aprender a cultivá-la coletivamente. Então, é necessário problematizar os direitos sociais historicamente conquistados:

> Garantir que as medidas adotadas para enfrentar as pandemias e suas consequências incorporem de maneira prioritária o conteúdo do direito humano à saúde e seus determinantes básicos e sociais, como acesso a água potável, acesso a alimentação nutritiva, acesso a meios de limpeza, moradia adequada, suporte em saúde mental; assim como respostas para a prevenção e atenção das violências, assegurando efetivo amparo social, incluindo, entre outros, a outorga de subsídios, rendas básicas ou outras medidas de apoio econômico (CIDH-OEA, 2020, p. 08).

A pandemia trouxe à tona as necessidades sociais coletivas cobradas historicamente pelos movimentos sociais urbanos e foram exatamente esses movimentos, dentro das comunidades periféricas que jogaram “luz” em todos os impactos que uma crise sanitária trouxe para a classe trabalhadora.

Sejam as demandas por moradias dignas, seja por água, seja por saneamento básico, seja por transporte público de massa de qualidade, todas as demandas das comunidades periféricas são legitimadas por dados que extrapolam as estatísticas e

desmascaram a realidade dura dos espaços urbanos segregados. E a luta por melhoria das condições de vida sempre partiu da base, dos movimentos comunitários, da luta diárias daqueles que ser organizam para buscar uma cidade justa para todos. Movimentos que lutaram e ainda lutam por Reforma Urbana que defendem, dentre muitas coisas um "padrão de consumo menos predatório, mais éticos, mais igualitários, mais humanos, mais sustentáveis" (MARICATO, 2011, p. 97).

Desde o início da pandemia, os moradores das periferias urbanas demonstraram claramente sua capacidade de organização: criaram redes de solidariedade voltadas para uma intervenção imediata em relação às urgências impostas pelo contexto sanitário; pleitearam e se mobilizaram em torno da garantia ao acesso a insumos de higiene para a proteção sanitária, como álcool e sabão, para lavar as mãos e acesso a alimentos; evidenciaram e cobraram do Estado, numa prerrogativa legal, o acesso à renda mínima para a manutenção de condições básicas como a moradia e a alimentação.

> O associativismo é parte da história da favela e sempre foi uma condição para sua possibilidade de existência na cidade, seja na luta contra a política de remoções de diferentes governos em diferentes momentos históricos, seja nos mutirões para autoconstrução de casas, de redes próprias de água tratada e a energia elétrica (comissões de luz), etc. Sem deixar, portanto, de reconhecer a enorme força mobilizadora que gerou a diversidade de iniciativas locais que se multiplicaram nas favelas. Essa movimentação toda enfrenta limites (LIMA, et. Al, 2020, p. 18).

Contudo, é preciso afirmar que, com quase um ano de pandemia, os problemas aqui relatados persistem e são agravados por "novos" elementos como o desemprego estrutural, a elevação criminosa de preços de itens da cesta básica, a suspensão e diminuição do valor do auxílio emergencial, entre outros (LIMA, 2020). Os fatores citados demonstram como o olhar consistente e contínuo para as periferias urbanas é necessário tanto durante a pandemia como no pós-pandemia.

Para tanto, é imprescindível estender o debate em torno da força da mobilização social nas periferias, pois é indiscutível o papel bastante relevante que as mesmas têm na cobrança por ações efetivas do Estado na defesa da vida de que vivem em periferias urbanas, na organização das comunidades, na comunicação nas periferias, dentre outros elementos. A COVID 19, mesmo com todo seu poder nocivo, ajudou a compreender a realidade desigual em nosso país e estendeu o debate para além dos muros da teoria, trazendo à tona a necessidade de uma luta coletiva para o enfrentamento de questões históricas.

REFERÊNCIAS

Acompanhamento da disseminação do novo coronavírus. **Reuters Grafics.** 2021. Disponível em: https://graphics.reuters.com/ Acesso em : 12 jul 2021.

A pandemia nas periferias urbanas. **Entrevista com Férrez. TV 247.** 2020. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=iDyTpaMMg8A Acesso em: 05 jan 2021.

Boletim Observatório Covid-19 após 6 meses de pandemia no Brasil. **BOLETIM OBSERVATÓRIO COVID**. FIOCRUZ. Edição Oficial. 2020. Disponível em https://portal.fiocruz.br/observatorio-covid-19 Acesso em: 25 jan 2021.

Brasil registra 1.439 mortes por Covid em um dia, e total chega a 221,6 mil. **CONSÓRCIO DE IMPRENSA.** 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/01/28/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-28-de-janeiro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml Acesso em: 12 jul 2021.

Brasil começa 2021 com mais miseráveis que há uma década. **Folha de São Paulo.** 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/brasil-comeca-2021-com-mais-miseraveis-que-ha-uma-decada.shtml Acesso em: 26 jan 2021.

BRT no Rio não circula após paralisação de motoristas; cidade entra em estágio de atenção: Viações dizem não ter dinheiro para o salário dos rodoviários. Paes faz apelo, mas diz que não se abala 'com pressão'. **G1 Rio.** 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/02/01/estacoes-do-brt-estao-fechadas.ghtml . Acesso em: 04 fev 2021.

BRITTO, Ana Lúcia. **O direito à água nas favelas e periferias em tempos de Covid-19.** 2020. Disponível em: **https://ondasbrasil.org/o-direito-a-agua-nas-favelas-e-periferias-em-tempos-de-covid-19-artigo/ Acesso em: 26 jan 2021.**

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana.**Vol.48. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia.** 1º ed.São Paulo: Boitempo, 2015.

GOMIDE, A. A.; LEITE, S. K.; REBELO, J. **Transporte público e pobreza urbana: um índice-síntese de serviço adequado.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Brasília. 2006.

HELLER, Agnes. **Teoría de las necesidades em Marx**. Traducido por J. F. Yvars. 2º ed. 1986. Feltrinelli Editore: Barcelona.1974.

IBGE. PNAD CONTÍNUA 2019. **Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019**. Publicado em 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf . Acesso em: 04 fev 2021.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3º ed. WMF Martins Fontes: São Paulo. 2011.

LEFEBVRE, Henri. **State, Space, World.** Edited by Neil Brenner and Stuart Elden Translated by Gerald Moore, Neil Brenner, and Stuart Elden. University of Minnesota Press.2009.(Tradução própria).

_____. **O direito à cidade.** 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, André. **INCERTEZAS QUE FEREM CORPO E ALMA!** IN: Revista Radar Favela. Ed. 05. FIOCRUZ: Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/documento/informativo-radar-covid-19-favelas . Acesso em: 04 fev 2021.

LIMA, André; Et al. **Uma reflexão coletiva sobre a organização dos caminhos da luta das favelas e periferias no enfrentamento dos impactos da covid-19 e das desigualdades sociais.** IN: Revista Radar Favela. Ed. 05. FIOCRUZ: Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/documento/informativo-radar-covid-19-favelas . Acesso em: 04 fev 2021.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade.** IN: Revista Estudos Avançados, nº 17. 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142003000200013 . Acesso 30 ago 2019.

_____. **O impasse da Política Urbana no Brasil.** 1º ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

PESCHANSKI, João Alexandre. **O transporte público gratuito, uma utopia real.** IN: Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. BOITEMPO. 2013. Pag. 59 – 63.

Pandemia de coronavírus reforça desigualdades da população mais vulnerável. **OXFAM BRASIL**. 2020. Disponível em: https://www.oxfam.org/en/less-billionaires-and-more-nurses-five-steps-rebuild-more-equal-world-after-covid-19 Acesso em: 04 jan 2021.